

33º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS - 2009

GT 40 - Trabalho e sindicato na Sociedade Contemporânea

Título: Trabalhadores de rua: exclusão, viração, incerteza, marginalidade - o caso dos flanelinhas da cidade de João Pessoa

Autores:

Márcia da Silva Costa – Professora e pesquisadora do Departamento de Administração e do Programa de Pós-Graduação em Administração da UFPB

Aline Fábria Guerra de Moraes – Bolsista PIBIC

Suzana Sitônio de Eça - Bolsista PIBIC

Caxambu
Outubro/2009

Trabalhadores de rua: exclusão, viração, incerteza, marginalidade - o caso dos flanelinhas

Resumo

A queda no *assalariamento* e o crescimento da desocupação oculta pelo desalento nos anos 90 provocaram a explosão da informalidade. O artigo discute, à luz dos textos clássicos e das recentes pesquisas, o crescimento do trabalho informal no país. Sua contribuição empírica é extraída de pesquisa qualitativa sobre a realidade dos trabalhadores de rua da cidade de João Pessoa - PB, compreendendo uma categoria de trabalhadores informais que contempla os indivíduos mais alijados das oportunidades de emprego e de inserção social, menos organizados em termos das possibilidades de representação e mais marginalizados do ponto de vista da oferta de um serviço que a sociedade não necessariamente demanda: os chamados flanelinhas. Quem são? Como eles se definem? Que regras regulam a tomada do espaço público e quem as define? Qual a sua relação com os agentes públicos? E com a sociedade?

Palavras-chave: trabalho informal, trabalhadores de rua, flanelinhas

Introdução

Os estudiosos críticos da chamada *teoria da marginalidade* interpretaram, outrora, o mundo da informalidade como sendo orgânica e funcionalmente ligado ao padrão (formal) de acumulação capitalista perpetrado pela elite industrial brasileira. Indivíduos ocupados em atividades, sobretudo no setor de serviços, prontamente absorvidas pela economia organizada, deveras beneficiada pelo baixíssimo valor do trabalho e de reprodução da força de trabalho. Contando com um *exército industrial de reserva* sempre crescente, a simbiosidade entre o setor formal e o informal da economia levaria à reiterada criação e recriação de modalidades de inserção marginal de indivíduos no mercado de trabalho e no mundo do consumo. Mas estávamos lidando com atividades que, embora de baixa produtividade, eram funcionais ao processo de acumulação. Que dizer da atividade dos guardadores de carro no atual contexto? Eles (e eles são numerosos) prestam um serviço funcional ao regime de acumulação? Ou estamos nos deparando com aquela categoria a que Castel (2005), no seu já clássico *As metamorfoses da questão social*, denomina dos *inúteis para o mundo*? Este texto é produto preliminar de uma pesquisa mais ampla, de natureza qualitativa, que tem como objetivo conhecer as condições de trabalho e de vida dos trabalhadores de rua da capital de um estado do nordeste brasileiro. Nele procuramos resgatar o debate teórico-conceitual que envolve o tema da informalidade. Partimos da análise de textos já consagrados que trataram do

tema nas décadas de 60 e 70, e das pesquisas mais recentes que buscam categorizar a noção de informalidade à luz das transformações estruturais e estratégicas do capitalismo contemporâneo. Em todas elas, a informalidade é entendida a partir de seu relativo, a constituição de um padrão de regulação social para o trabalho, ou seja, a constituição de um padrão de emprego que acompanha a própria expansão e regulação da atividade capitalista nas sociedades modernas e um ordenamento de direitos.

No Brasil, as instituições do mercado de trabalho jamais alcançaram universalmente as massas trabalhadoras e constituíram um muito pobre conjunto de direitos. Desde muito cedo, dos primórdios da formação de um mercado de trabalho livre no país, parcela considerável da população ativa, sobretudo a de cor, jamais conseguiu se incorporar ao mercado de trabalho e, num momento subsequente, já sob os auspícios de uma economia industrial, a regulamentação desse mercado deixou também de fora os trabalhadores rurais e muitas categorias de trabalhadores urbanos. As mudanças institucionais e econômicas da sociedade brasileira nas quatro décadas de crescimento deslançadas pela política de substituição de importações se concretizaram sem lograr ampliar o padrão de renda-consumo e bem-estar da população e sem qualquer compromisso mais sólido com uma política de pleno emprego. A constituição de um mercado formal de trabalho, que no auge do período de crescimento econômico, a década de 70, chegou a atingir parcos 50% da população economicamente ativa empregada no meio urbano (Pochmann, 2002), conviveu *paripassu* com a expansão de todo um complexo de formas de trabalho informal em pequenas empresas urbanas de fundo de quintal, no campo, e nas inúmeras e precárias formas de trabalho autônomo e doméstico, cujos padrões de contratação e *assalariamento* passavam ao largo da legislação trabalhista e social e de qualquer possibilidade de representação coletiva.

Essa realidade se agrava sobremaneira na década de 1990 com as mudanças estruturais na economia e nas instituições do mercado de trabalho, dando vazão a recriação e a ampliação de inúmeras formas de trabalho informal. De lá para cá, presenciamos a expansão do número de indivíduos realizando antigas atividades jamais reconhecidas como trabalho regular/regulamentado: guardadores de carro nas ruas, catadores de lixo, outdoors humanos ambulantes, etc. É para esse mundo do trabalho que o nosso olhar empírico se volta na segunda parte deste texto. Ali sintetizamos os achados iniciais de um estudo qualitativo sobre a condição de trabalho e as formas de sociabilidade dos chamados flanelinhas, aqueles indivíduos que olham e por vezes lavam

carros nos estacionamentos públicos das cidades. A realidade social desses indivíduos corrobora o argumento de que a desocupação, o subemprego, o trabalho informal são problemas centrais na sociedade brasileira e estão no âmago de suas profundas desigualdades estruturais. Ela mais do que nunca demanda do Estado políticas que primem por um sistema de distribuição de renda mais eqüitativo.

2. O debate dominante sobre a informalidade nos anos de 1960-70

A informalidade foi inicialmente discutida nas décadas de 1960 e 70 no bojo das interpretações da realidade dos países subdesenvolvidos da América Latina e da África, cujos projetos de modernização/industrialização deixavam de incorporar vastos segmentos produtivos e do mercado de trabalho ao ordenamento institucional de uma economia tipicamente capitalista e regulada. O debate sobre a informalidade surge dessa noção de subdesenvolvimento para explicar o fenômeno da não inserção dos estratos menos favorecidos da população no processo produtivo em contextos nos quais o *assalariamento* era pouco generalizado (Silva, 2003). Na época ele se dividia em duas correntes centrais: uma de base estruturalista e outra de extração marxista.

A corrente estruturalista era representada pelas reflexões da chamada *Teoria da Modernização*, segundo a qual, o subdesenvolvimento seria decorrência de uma desvantagem no valor relativo das trocas econômicas entre o centro desenvolvido e a periferia, sobretudo, em relação à economia externa. Os países da América Latina, cujos modelos de industrialização foram centrados na política de substituição de importação, contavam com um nível de acumulação muito baixo para fazer frente aos requisitos da moderna produção industrial. Daí a expansão de firmas e empreendimentos modernos, tipicamente capitalistas, concomitantemente à proliferação e recriação das formas tradicionais de produção e de relações de trabalho. Essa corrente, que tinha como principais expoentes os economistas da CEPAL¹, concebia a estrutura econômica da região de uma perspectiva dual, marcada pela presença de um setor de subsistência ou informal, caracterizado pela baixa densidade de capital, pelo precário nível técnico de produção e pela baixa produtividade, convivendo com um setor moderno, de avançado padrão tecnológico, economicamente mais capitalizado e dinâmico.

¹ Comissão Econômica para a América Latina e Caribe. Para uma breve apreciação das principais contribuições dos teóricos da Cepal ao pensamento econômico latino americano ver, por exemplo, Furtado (1985 e 1998).

Essa interpretação analítica do funcionamento da economia a partir de uma lógica polarizada, da coexistência no seio de uma mesma sociedade do arcaico e do avançado, porém de forma desarticulada, vai dar corpo à chamada *Teoria da Marginalidade*. Ela explica o problema da integração-não integração através da idéia de um desajuste ou uma inadequação (de indivíduos, regiões, atividades econômicas) a um “*padrão normal, tido como inerente e próprio de uma caracterização genérica e abrangente de cultura industrial*” (Kovarick, 1975:47). O excedente de mão de obra, predominantemente advinda das áreas rurais, que não conseguia inserir-se na esfera da produção capitalista organizada e hegemônica, constituía um segmento à parte, não funcional ao padrão de acumulação subjacente ao modelo de industrialização, portanto, à margem do sistema. Sua incorporação dependeria das adequações, sobretudo no âmbito das qualificações e das concepções culturais, aos requisitos de uma sociedade industrial.

Nos prognósticos desses teóricos, o problema do subdesenvolvimento seria paulatinamente resolvido à medida que a expansão monopolista das firmas capitalistas (o padrão normal) incorporasse o contingente de indivíduos desajustados, excluídos do processo de modernização. O pressuposto subjacente era o das *etapas históricas distintas*, no sentido de que os países em desenvolvimento deveriam percorrer a trilha do progresso já percorrida pelos países desenvolvidos. Sob essa crença, o setor atrasado tenderia a diminuir ou desaparecer, alçado, como subproduto, pela dinâmica de crescimento do setor moderno e pela política do *pleno emprego*. Notadamente, essa era uma visão *eurocentrada*, segundo a qual o arcaico ou o tradicional é pensado como atravancando o desenvolvimento, e não como parte integrante da cultura e identidade nacional; um desenvolvimento nos moldes do progresso idealizado pela cultura estrangeira (Kovarick, 1975; Cacciamali, 1983). Com base nessa concepção, a aposta na expansão das firmas monopolistas deixava de fora dos planos de governo ou de sociedade o fomento, em moldes mais adequados à realidade e aos interesses autóctones, de atividades produtivas não capitalistas, mas importantes para a geração de renda e para a sobrevivência de muitos indivíduos. O modelo de desenvolvimento *eurocentrado* pressupunha a *mercantilização* de todas as esferas da vida econômica e considerava como *arcaico, subdesenvolvido, periférico* todas as formas de trabalho e consumo não mercantis (Silva, 2003).

Essa visão dicotômica e funcionalista do problema do subdesenvolvimento na América Latina, em cujo vórtice está parcela significativa da população excluída da

distribuição da riqueza, foi alvo de crítica da outra grande corrente interpretativa, de base marxista. Essa corrente pensava o problema da não integração da perspectiva das contradições do próprio modelo de acumulação capitalista consolidado sob a égide da industrialização: da perspectiva das contradições da estrutura de classe e das relações de poder. Esse corpo teórico alternativo, sistematizado num conjunto de idéias construídas em torno da chamada *Teoria da Dependência*, concebia o subdesenvolvimento não como um estágio anterior do desenvolvimento, mas como produto de uma inserção subordinada e dependente dos países da região no sistema capitalista mundial. Uma subordinação que articula interesses de classe ou grupos específicos internos com os interesses de classe ou grupos do capital estrangeiro. Por essa lógica, o desenvolvimentismo da política de substituição de importações foi capaz de gerar excedente econômico absorvido pelo exterior e pelas elites nacionais, mas que não foi absorvido internamente pelas massas da população (Oliveira, 2003; Kovarick, 1975; Silva, 2003; Theodoro, 2004).

A crítica basilar dessa corrente às teses da modernização/marginalidade, e que vai buscar seu fundamento na lei geral da acumulação capitalista de Marx, sustenta que o problema da marginalidade/informalidade nas economias subdesenvolvidas decorre não de uma condição de inadequação de parte do sistema (o arcaico) a seu padrão normal de funcionamento (o moderno); ao contrário, é resultado de um modo de acumulação capitalista, estruturado sob uma lógica de dominação das relações de produção, portanto de classe, que gera seu próprio excedente de trabalho: um *exército industrial de reserva* que vai buscar seu meio de sobrevivência fora do domínio das relações capitalistas modernas e que é, sim, funcional e rentável àquele padrão de acumulação posto que é fator de barateamento e disciplinamento da força de trabalho.

Por outro lado, a crença dos estruturalistas na capacidade de incorporação da força de trabalho marginalizada nas atividades propriamente capitalistas, à medida que o capitalismo expandia seu domínio oligopolista para todas as esferas da produção, encontrava um limite na própria capacidade do sistema de absorver força de trabalho, por conta mesmo do estágio de evolução das forças produtivas. A análise comparativa com a trajetória de desenvolvimento dos países do norte leva ao argumento de que a industrialização tardia da América Latina se deu sob uma base técnica avançada, portanto, capital intensiva, poupadora de trabalho, incapaz de operar, como o fez nas primeiras formas históricas de desenvolvimento da indústria (o sistema manufatureiro e a

grande indústria), no sentido de universalizar o trabalho assalariado (Kovarick, 1975; Oliveira, 2003).

Nesse sentido, o debate sobre a informalidade nos países subdesenvolvidos nasce da análise do próprio modelo de desenvolvimento na região, este centrado numa industrialização capital-intensiva que gera pouco emprego e é incapaz de absorver força de trabalho coadunada com o padrão de crescimento demográfico. A rápida urbanização experimentada nas décadas de 60 e 70 impulsionou o fluxo migratório de indivíduos que não foram absorvidos pela atividade capitalista organizada, onde prevalece o trabalho regulamentado/formal. Essa se expandiu, tomando o espaço das atividades tradicionais, mas foi incapaz de gerar empregos na mesma proporção dos que destruiu ou dos que a sociedade necessitava. O caminho naturalmente seguido foi o da ampliação e mesmo o da criação de novas modalidades de trabalho informal ou o desemprego. É esse excedente de mão de obra, “*que se auto-emprega para sobreviver*”, que vai dar origem ao Setor Informal, numa lógica que, como escreveu Cacciamali (1983: p.27), bebendo da fonte das teses da *organicidade*, “*se insere e se amolda aos movimentos da produção capitalista, modificando sua composição e seu papel à medida que se modifica e se expande aquela produção*”.

Levando em conta o padrão de industrialização brasileiro, notadamente, as formas institucionais com as quais esse padrão se consolida no campo das relações de trabalho, o trabalho informal pode ser conceituado como aquele não regulamentado pelo ordenamento legal do trabalho no país, sobre o qual, inclusive, a sociedade construiu sua política de seguridade social. E nesse último aspecto, o fenômeno da não-integração foi ainda mais pernicioso: além de fraca, a intervenção do Estado na criação de políticas e mecanismos de proteção social atingia apenas os trabalhadores formalmente reconhecidos pela relação salarial, um tipo de incorporação social a que Santos (1979) chamou de *cidadania regulada*, aquela adquirida unicamente pelos indivíduos enquadrados na estrutura ocupacional definida e reconhecida pelo Ministério do Trabalho. Essa base institucional alimentou todo um conjunto de valores na sociedade brasileira que associava tudo o que não constituísse trabalho formal (desemprego, formas de trabalho precário e instável) à marginalidade.

No entanto, o entendimento da lógica da integração-não integração ao padrão que aquele ordenamento estabelece, e de todas as suas conseqüências sociais (e culturais) no que concerne ao problema da pobreza e da distribuição de renda, só pode ser alcançado

quando consideramos as características histórico-estruturais do desenvolvimento do capitalismo no país. Colocando de outra forma, como se estruturaram as relações de dominação? Lembrando do que nos ensinou Darcy Ribeiro (2006:23), as evidências das contradições de classe mais básicas e enraizadas na nossa sociedade se encontram “*no sistema institucional, notadamente a propriedade fundiária e o regime de trabalho – no âmbito do qual o povo brasileiro surgiu e cresceu constrangido e deformado*”. É para uma breve reflexão sobre essas contradições estruturais que nos voltamos agora, mais especificamente, para o âmbito do regime de trabalho.

É impossível entender o processo recente de ampliação dos regimes de emprego informais e precários no Brasil sem caracterizarmos, ainda que brevemente, a origem e as características da institucionalização do mercado de trabalho no país². A lei nacional, a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, promulgada em 1943, definiu os direitos individuais básicos de proteção ao trabalhador e a estrutura da representação de classe ainda hoje vigentes no país. Resultado das pressões do movimento trabalhista de desde finais do Século XIX, a CLT respondia à necessidade de incorporação política dos trabalhadores urbanos da indústria nascente que, em face de seu poder de organização, constituíam potencial de ameaça aos planos de desenvolvimento do Estado. Os sindicatos foram reconhecidos, mas o Estado tomou para si o completo controle administrativo e político de suas atividades. A contrapartida veio pela imposição legal às empresas de reivindicações trabalhistas elementares, objeto de décadas de luta³. Assim, no Brasil, o Estado assumiu o papel central na regulação e mediação dos interesses de empregados e empregadores. A barganha coletiva não teve a importância política/econômica alcançada nos países democráticos. Não vingou entre nós a noção de conciliação política baseada na negociação autônoma de interesses entre grupos organizados.

Por outro lado, o marco legal incorporava os trabalhadores de forma limitada por duas frentes: primeiro porque a legislação de direitos mínimos e de sindicalização deixava de fora a grande massa dos trabalhadores rurais, na época, absoluta maioria da

² As reflexões deste e dos dois parágrafos abaixo são mais profundamente desenvolvidas em Costa (2005 e Costa, 2006).

³ A CLT consolidava um conjunto de leis arbitrando o uso do trabalho na indústria nascente e restringindo a liberdade de contratação das empresas: limitação da jornada de trabalho em 48 horas, proibição do trabalho de menores de 14 anos, regulamentação do trabalho feminino, remuneração obrigatória da hora extra, descanso de final de semana e férias remunerados, condições de salubridade e proteção contra acidentes de trabalho, entre outros.

força de trabalho no país, e os servidores públicos⁴; segundo porque grande parcela dos trabalhadores urbanos não gozou do *status* do emprego regulamentado e sobre o qual o Estado definia as políticas de seguridade social. Portanto, também não vingou entre nós a noção de uma política macro-econômica pautada na geração de demanda agregada advinda dos esforços para garantir o *quase pleno emprego*.

Com sindicatos controlados e a maioria dos trabalhadores não auferindo direitos, o crescimento econômico realizou-se sem uma associação direta com o aumento do padrão de renda/consumo e bem-estar da população e sem qualquer compromisso mais sólido com uma política de pleno emprego (pautada na estabilidade). Ao contrário, como originalmente argumentou Francisco de Oliveira, certo desemprego estrutural foi benéfico ao tipo de acumulação escolhido e funcional à geração de um mercado de trabalho de baixíssima remuneração, espaço de proliferação das inúmeras formas de trabalho subterrâneo e precário. Em outras palavras, a massa trabalhadora não participou do processo de crescimento e da acumulação, de maneira que não houve efetiva redistribuição dos ganhos de produtividade da economia. Adicione-se a isso a inexistência de um sistema amplo de regulação coletiva que tivesse por base a garantia de direitos cidadãos (campo de atuação de um Estado de Bem Estar responsável pela universalização de direitos sociais básicos) e temos um quadro de forte heterogeneidade estrutural das condições de trabalho e emprego, restringindo o poder de abrangência da legislação trabalhista e de seguridade social. Essa realidade é profundamente agravada nos anos de 1990, com o emprego informal superando as estatísticas do emprego formal.

A incorporação limitada dos trabalhadores ao projeto político de expansão do capitalismo no país respondia à necessidade das elites agrárias e industriais de criar um *exército industrial de reserva*, funcional à disciplina da força de trabalho e à manutenção de seu baixo padrão de remuneração. Esse exército foi alimentado, principalmente, pela população que fluía do campo para as cidades. Sem mudanças profundas que reconfigurassem a estrutura fundiária altamente concentradora e limitando ou impedindo o conflito de classe, o Estado favorecia a acumulação capitalista à custa da ampliação das

⁴ Até os anos 70, quando se acentuaram os conflitos no campo, os trabalhadores rurais ficaram submetidos às leis do mercado e da milícia dos seus patrões, sem a cobertura de direitos legais. Essa foi uma forma de compensar a perda do poder político-econômico das oligarquias primário-exportadora. Da mesma maneira que os servidores do serviço público ficaram submetidos aos vieses da burocracia *patrimonialista* e *clientelista* do Estado. Um estatuto de direitos e deveres próprio foi apenas instituído em 1990, mas garantindo a soberania do Estado na definição dos termos do trabalho.

desigualdades de classe e de um crescente processo de concentração de renda. É importante ressaltar nesse aspecto que o debate sobre a informalidade, a despeito de sua heterogeneidade, sobretudo nas formas de rendimento, foi sempre associado ao tema da pobreza, dado que parcela significativa de seu universo provém das camadas pobres da população. O problema maior, então, se encontra, como atentaram Portes e Castells (1989), não necessariamente na informalidade em si, que é uma forma específica de relações de produção, mas na forma como a sociedade distribui sua riqueza.

Se a expansão/modernização industrial brasileira do pós-1930, sobretudo a dos anos 50 e 60, com a vinda das multinacionais, permitiu uma elevada mobilidade social, ela permitiu também, e contraditoriamente, uma enorme diferenciação das ocupações e dos salários, impedindo que mudasse a desigualdade da estrutura de classe no país. Empregos e salários tornaram-se variáveis extremamente flexíveis de ajuste econômico excluindo parcela considerável da população dos benefícios do crescimento e ampliando os bolsões de pobreza. É nesse sentido que, comparativamente à realidade da institucionalização do mercado de trabalho e das políticas de bem estar dos países desenvolvidos, o Brasil jamais conseguiu criar uma classe média ampla com poder de consumo. (Oliveira, 2003; Hasenbalg, 2003; Costa, 2005, Mattoso, 1996)⁵.

A acumulação capitalista no Brasil (o crescimento do setor moderno da economia) muito se beneficiou das formas arcaicas de relações de trabalho no campo (o setor atrasado). De um lado, a mecanização/capitalização da agricultura aconteceu com o domínio latifundiário das terras produtivas, expulsando ou proletarizando camponeses, muitas vezes, sob regimes de trabalho semi-escravo. De outro, é na base da super-exploração de trabalho barato que a produção agrícola, ainda hoje sustentáculo das divisas cambiais do país, vai subsidiar a industrialização urbana (fortemente dependente de endividamento externo) e o baixo custo de reprodução da força de trabalho. As desigualdades desse padrão de crescimento, no entanto, foram marcadamente regionais,

⁵Essa mobilidade social foi vivida, sobretudo, pelos trabalhadores do campo que foram alçados à condição de trabalhadores manuais semi ou não qualificados nos centros urbanos. A esse respeito, Francisco de Oliveira (2003) argumenta que a intensa mobilidade do período obscurece o fato de que os salários (um dos caminhos centrais da distribuição de renda) tomavam como base o custo de subsistência do trabalhador, não os ganhos de produtividade da moderna indústria, por onde se poderia realizar uma efetiva redistribuição de renda. Para uma análise da imutabilidade da estrutura de classe e do padrão de desigualdade, a despeito do crescimento acelerado da economia no chamado período do milagre econômico e das reformas pós-redemocratização do país ver, por exemplo, Costa (2003); Henriques (2000).

com o dinamismo econômico e a formalização dos empregos, embora jamais de forma universal, mais acentuados no centro sul do país. O norte e o nordeste se destacam com a predominância das formas mais precárias e desprotegidas de relações de trabalho: trabalho não registrado, trabalho por conta própria, serviços domésticos, mão de obra familiar sem remuneração, bóias frias e elevada desocupação. É nessas regiões, e mais especificamente no Nordeste brasileiro, onde a informalidade, e a insegurança que ela representa, mais se associa à condição de pobreza e indigência da população⁶. Essa realidade, portanto, não pode ser entendida fora da perspectiva que contempla a enorme concentração fundiária e um caldo de cultura fortemente autoritário, herança de uma economia colonial agro-exportadora centrada no trabalho escravo.

Assim, ainda que a industrialização induzida pela intervenção planejada do Estado através das agências de desenvolvimento regional (SUDENE e SUDAM) nas décadas de 1960-70 tenha fomentado o processo de urbanização e a ampliação dos empregos formais, sobretudo nas regiões metropolitanas e nas cidades de médio porte, essa expansão é contra-arrestada por pelo menos três fenômenos estruturais fundamentais: 1) pelas incessantes ondas migratórias de camponeses expropriados de seus meios de produção, expulsos da terra pela expansão da mecanização/industrialização da agricultura latifundiária (o moderno *agrobusiness*) e pela seca; 2) pelo baixo dinamismo econômico da própria industrialização da região que, ao fomentar a instalação de subsidiárias (fornecedoras de matéria prima e insumos produzidos com mão de obra barata) das empresas sediadas no sudeste-sul do país, permitiu, na realidade, uma maior concentração da acumulação capitalista, cabendo ao Nordeste uma posição subordinada e dependente em relação à centralização do poder político-econômico nas regiões mais desenvolvidas (Oliveira, 1977); 3) esse baixo dinamismo econômico combinado à velha cultura política *coronelist-patrimonialista* e a um crescente *exército industrial de reserva* vindo do campo irá limitar ou diretamente reprimir as iniciativas de organização coletiva do trabalho, caminho mais legítimo pelo qual seria possível expandir os direitos trabalhistas e cidadãos.

⁶ Levantamento da pesquisa Mapa do Fim da Fome da Fundação Getúlio Vargas (Jornal do Brasil, 10/07/2001) mostra que 29,3% da população brasileira vivem abaixo da linha da indigência, recebendo uma média mensal *percapita* inferior a R\$80,00 ou cerca de US\$ 33,00/mês. Essa proporção salta para 50% da população nos estados do nordeste brasileiro, nos dando uma mostra das disparidades sócio-econômicas regionais do país.

A massa de indivíduos vinda do campo, expulsa pela falta de terra para produzir e pela ausência do Estado, não apenas na questão dos incentivos técnicos e econômicos, mas, sobretudo, na das suas funções sociais mais básicas; essa massa, vem para as cidades e não encontra o emprego condigno e as condições de infra-estrutura urbana adequadas. Poderíamos citar pelo menos três conseqüências imediatas dessas transformações: 1) o crescimento desordenado das favelas nos centros urbanos; 2) a inserção desses indivíduos no mercado de trabalho de forma precária, irregular (mesmo no mercado formal, basta pensarmos o caso dos trabalhadores da construção civil) e informal; e 3) o acirramento da competição entre os próprios trabalhadores de modo a reiterar a condição de barateamento e disciplinamento da força de trabalho urbana⁷.

Esse é o pano de fundo histórico-estrutural a subsidiar a construção de uma noção de informalidade que mais fielmente explica as contradições de classe no país e a origem mesma da informalidade; ela, que muitas vezes está imiscuída nas redes da criminalidade, se agrava sobremaneira nos últimos 20 anos com as transformações da chamada *acumulação flexível*.

3. A nova informalidade

As mudanças econômicas e institucionais do capitalismo no pós anos 80, centradas nas idéias da empresa enxuta e da flexibilização/desregulamentação dos mercados de trabalho, fizeram mudar, também, o foco analítico do problema da informalidade, tornando muito mais complexa e confusa a tarefa de interpretação e definição conceitual para a questão. Luiz Machado da Silva (2003) argumenta sobre a inespecificidade e sobre a banalização da noção de informalidade nesse novo contexto. Segundo sua análise, entre os anos 50 e 70, o debate teórico, ainda que acalorado por perspectivas em conflito, era apoiado num conjunto de *pressupostos compartilhados* em torno da questão: a indústria como pólo dinâmico da economia; um padrão específico de regulação das relações de trabalho; a expectativa de uma eventual universalização dos direitos pertinentes àquele padrão de regulação (a ampliação do *assalariamento*); e um ideal/meta de pleno emprego.

⁷ A lista das mazelas sociais do padrão de desenvolvimento da sociedade brasileira é infindável e auto-reproduzível: ao lado do desemprego e da ausência ou insuficiência da ação do estado nas áreas mais elementares (saúde, educação, habitação, infra-estrutura urbana de saneamento, seguro desemprego, etc.) crescem os bolsões de pobreza e a violência e criminalidade urbana.

A partir dos anos 80, esse debate é transformado como reflexo das transformações do capitalismo e do crescimento do desemprego. As mudanças analíticas do problema da informalidade passam a se dar: 1) em torno da perda da centralidade e do dinamismo do setor secundário, ao menos no tocante à sua capacidade de gerar emprego, produto de uma reestruturação produtiva que abala os próprios fundamentos da relação salarial, cabendo destacar as experiências da sub-contratação; e 2) em torno da crescente importância do setor terciário na absorção da força de trabalho, este tradicionalmente menos regulado e mais precário. Ainda segundo Silva, nesse novo contexto, disseminam-se as análises preocupadas em entender o processo de fragmentação e das diferenciações nas formas e conteúdos do trabalho e seus efeitos sobre a estratificação social. No entanto, o tema da integração-não integração ou da inserção dos trabalhadores no processo de produção e distribuição da riqueza continua como pano de fundo, ainda que essa questão-chave da *teoria da marginalidade* tenha sua versão contemporânea nas expressões *exclusão social*, *vulnerabilidade*, *precariedade*.

Por outro lado, se no debate anterior, a informalidade era associada à periferia do capitalismo, ao problema do subdesenvolvimento, à perspectiva de integração social pelo padrão de *assalariamento*, aparecendo como forma atípica, como condição transitória; no debate dos anos 80, na esteira das transformações de um capitalismo globalizado, essa informalidade se generaliza, se apresenta também como um problema dos países desenvolvidos, e o próprio padrão de *assalariamento* passa a ser questionado através da pura desregulamentação e/ou da regulamentação em patamar inferior. É nesse sentido que o debate original sobre as formas de inserção das massas desfavorecidas no processo produtivo e sobre a lógica de dominação a elas subjacentes vai cedendo lugar a um discurso economicista e determinista sobre os necessários ajustes para que o país alcance os parâmetros econômicos da competitividade internacional, a despeito dos elevados custos sociais do novo receituário de política econômica. Numa sociedade como a brasileira, que jamais conseguiu expandir o *assalariamento*, a retórica se concentrava no anacronismo e na desfuncionalidade da legislação trabalhista ainda proveniente da era Vargas. Para muitos analistas do emprego, para os empresários, para o governo e para algumas lideranças sindicais, aquela legislação não acompanhava o passo das transformações econômicas e produtivas necessárias ao ajuste competitivo do país. O caminho da “modernidade” passava pelas agressivas reformas no âmbito das privatizações, da previdência, da desregulamentação dos mercados produtivos e de

trabalho. Neste último, a saída, então, era flexibilizar os estatutos que, segundo eles, oneravam o custo do trabalho e inviabilizavam a geração de empregos. Esse discurso legitimava uma tendência, que vinha se acentuando, de *informalização* da própria economia.

Assim, ganhava muito mais relevância o aspecto jurídico/institucional que permeia a noção de informalidade, sendo esta normalmente definida como um contraponto da formalidade, aquela das relações de trabalho reguladas pelo padrão de assalariamento típico da empresa capitalista. O foco da questão se deslocava, então, da aposta política/ideológica num projeto de universalização de direitos pela via do compromisso com o emprego regulado e de longo prazo, para aquela de uma sociedade do emprego possível, não como meta social, flexível, desvinculado, temporário e de baixo custo. Ainda recorrendo às reflexões de Silva (2003, 1991), essa mudança remetia ao conteúdo propriamente político do conflito social, o que quer dizer, na linha do que estou argumentando, que perdia força o embate político em torno das reformas estruturais efetivamente voltadas para os interesses das massas trabalhadoras; em contrapartida, ganhava força o discurso da desregulamentação.

Em termos empíricos, no Brasil, o movimento de consolidação da economia organizada e do trabalho formal sofre significativa inflexão na década de 1980, asseverando as desigualdades estruturais. Seu retraimento será ainda mais acentuado, e presenciamos mesmo a sua reversão, a partir da década de 1990, como decorrência dos ajustes econômicos “pró-mercado” implementados pelos governos Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso, em especial a abertura econômica e as privatizações de empresas estatais. A reestruturação produtiva, então deslanchada pelas empresas, redundou num fenômeno de demissão em massa jamais vivido na história da industrialização do país. O desenvolvimento e a incorporação de equipamentos automatizados e de novos métodos de organização e gestão do trabalho aceleraram o processo de racionalização assentado na *desverticalização* e na emergência de sistemas de sub-contratação de produtos e serviços. A terceirização nas grandes empresas sob a lógica de uma *nova divisão internacional do trabalho*, organizada com base numa profusão de pequenas firmas, muitas delas trabalhando em redes, constituiu-se numa das estratégias centrais de redução dos custos do trabalho que, de uma perspectiva agregada, traduziu-se na substituição de empregos regulares e com certo padrão de conquistas por

empregos precários, temporários, muitas vezes não regulamentados (Mattoso, 1997; Deddeca, 1997; Boito Jr, 1999; Pochmann, 2002, Druck e Borges, 2002).

Com a quebra das fronteiras advinda das facilidades da tecnologia da informação e das desregulações, as empresas têm muito mais mobilidade para buscar recursos e trabalho onde eles se mostrem economicamente mais vantajosos. Tornam-se muito mais complexas as relações e articulações entre grandes firmas e pequenos negócios espalhados pelo mundo e entre elas e os trabalhadores por conta própria, os da produção doméstica, os cooperados, muitas vezes articulados por puros intermediadores de força de trabalho sob condições que reeditam relações pré-capitalistas de produção. É essa simbiosidade entre o formal e o informal que torna muito mais complexo o tratamento conceitual e empírico da informalidade.

Para onde, então, se deslocaram os desempregados da *reestruturação produtiva sistêmica* e o contingente do crescimento da PEA para os quais a economia não gerou novos postos de trabalho? Para a grande maioria dos trabalhadores demitidos, o desemprego significou a exclusão do mundo dos empregos registrados e legalmente protegidos (Cardoso et al, 2006; Chahad, 2006) e para muitos dos novos entrantes, sobretudo para os jovens pouco instruídos, a informalidade é o horizonte que se abre. A população passou predominantemente a encontrar sua fonte de renda no mercado de trabalho informal, com suas mais variadas formas de trabalho autônomo, doméstico, ambulante, temporário, irregular, precário⁸.

Se olharmos, portanto, da perspectiva de que a informalidade se expande por conta do estreitamento do emprego tradicional e acompanhando as suas mudanças, por definição podemos considerá-la como o reino do não-direitos. O desemprego, o sub-emprego e a ausência de políticas públicas de inserção social estão na base da expansão das atividades caracterizadas como mera alternativa de sobrevivência para inúmeros trabalhadores brasileiros. A crescente presença dos trabalhadores de rua nos centros urbanos de nossas cidades é produto desse processo. Os flanelinhas são apenas uma de suas categorias.

Os flanelinhas da cidade de João Pessoa

⁸ A outra etapa da nossa pesquisa se encarregou de traçar um panorama em números da informalidade no país: em 2006, segundo dados da PNAD, os informais representavam 55% do ocupados, destacando-se entre eles os empregados sem carteira (32%) e os conta-própria (38%). Também é elevadíssima a proporção dos que não contribuem para a Previdência Social: 89%.

João Pessoa é uma cidade de mais de 700 mil habitantes e cujo emprego está concentrado essencialmente nos serviços (61,3%) e no comércio (19,7%). Segundo dados do IDEME⁹, a população desocupada, onde está inserida a categoria de trabalhadores aqui estudada, representava cerca de 45% da PEA do município em 2005. A pesquisa tomou por base a realização de entrevista em profundidade com flanelinhas espalhados em estacionamentos públicos em locais de maior concentração e trânsito de automóveis como o centro da cidade (Praça Rio Branco, Av. General Osório, Lagoa); a orla marítima de Tambaú e centros comerciais/feiras de rua em Mangabeira e na Torre. A nossa amostra foi definida de forma aleatória, à medida que nos aproximávamos e solicitávamos que o flanelinha respondesse às questões de nosso roteiro de entrevista. Cabe destacar a boa vontade desses indivíduos (que sempre nos atendiam com um sorriso), e seu interesse em saber para que serviria seu depoimento na esperança de que o nosso trabalho os auxiliasse em suas necessidades e reivindicações. Algumas conversas não registradas também foram feitas nestes e em outros locais da cidade. No total, registramos em gravador e transcrevemos 22 entrevistas realizadas no período de março a maio de 2009.

Nossa primeira parte da análise constitui-se de informações gerais a respeito do perfil sócio-demográfico desses trabalhadores. No que se refere à faixa etária, 85% dos nossos entrevistados estão inseridos na faixa dos 21 aos 40 anos, sendo que parcela considerável, 30%, tem entre 21 e 25 anos, ou seja, são indivíduos jovens em plena idade ativa para o trabalho e para o estudo. Em relação ao sexo, é quase unânime a presença de flanelinhas do sexo masculino. Por onde circulamos, encontramos apenas uma flanelinha do sexo feminino. Isso nos dá parâmetros para afirmar que o mundo da rua é predominantemente dominado pelos homens, especialmente, num tipo de atividade em que o trabalhador está sujeito às intempéries, à violência, às humilhações. As mulheres, quando fazem parte desse mundo, acompanham seus companheiros ou têm de se comportar seguindo regras/atitudes masculinas, sobretudo, porque muitas vezes a força ou o sinal de bravura é um elemento de peso na conquista e manutenção do espaço de trabalho.

A maioria deles é casada ou vive com companheira e o fato de ter filhos imprime um nível de exigência e de responsabilidade maior com o trabalho, pois é sempre premente a necessidade de garantir a sobrevivência da família. Com apenas uma exceção os

⁹ Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual do Estado da Paraíba.

flanelinhas entrevistados dependem exclusivamente da fonte de renda do seu trabalho nas ruas para sustentar sua família. Em alguns poucos casos, a mulher trabalha, também em condição informal, normalmente, como domésticas. Em outros, o sustento da família é auxiliado por bolsa assistencialista do governo federal. Um fato surpreendente e que contrapõe uma hipótese prévia nossa de que parcela considerável dos informais/trabalhadores de rua é migrante de cidades mais pobres do interior do estado e que vêm para a cidade grande em busca de emprego, é que boa parte dos nossos entrevistados nasceu em João Pessoa ou nas cidades do perímetro urbano maior desta capital, Bayeux e Santa Rita. Esta constatação nos remete a um argumento central deste trabalho, o de que o crescimento dessa atividade (como a de outros trabalhadores de rua) é consequência direta da falta de emprego, sobretudo pelo fato de as empresas se tornarem cada vez mais seletivas na composição dos seus quadros, o que fecha a oferta para as pessoas de baixo grau de instrução, como é o caso dessa categoria de trabalhadores aqui estudada.

Boa parcela, 29%, reside nos bairros das cidades de Bayeux e Santa Rita, o que mostra que esses trabalhadores têm de se deslocar de suas cidades para poder trabalhar. Os outros se encontram distribuídos em diversos bairros da zona periférica da capital e de densa população como o bairro de Mangabeira e o de Valentina Figueiredo. A maioria dos pesquisados reside em casas de alvenaria e próprias, muitas vezes, construídas no quintal da casa da família ou em terrenos invadidos. Essas casas geralmente abrigam famílias com uma média de 4 pessoas sustentadas com o dinheiro advindo do trabalho do flanelinha, costumeiramente assumindo a posição de pai provedor ou de irmão.

A baixíssima escolaridade é predominante. A grande maioria, 65%, já estudou, mas abandonou os estudos ainda muito jovem, tendo, se muito, completado o ensino fundamental. Muitos declararam ter dificuldade com a escrita e as contas. Vários deles (em sua maioria) alegaram ter deixado os estudos pelo fato de precisarem trabalhar para sustentar ou ajudar no sustento da família; alguns outros largaram o estudo por desinteresse e pelo fato de buscar autonomia financeira. Constatamos que, em sua grande maioria, os flanelinhas consideram importante o estudo e gostariam, sim, se tivessem oportunidade, de voltar a estudar. A grande razão disso é que eles acreditam que o estudo é o fator principal para que se consiga um bom emprego. A fala de um dos flanelinhas é representativa:

“Com certeza. Sem estudo a pessoa num é nada, né doutora? Tem que ter estudo, né?”. [Você gostaria de voltar a estudar?] “Gostaria, se eu tivesse pelo menos um emprego fixo, né? Trabalhá de noite pra podê manter minhas filha, era bom, né? Pra um dia a pessoa ser reto, porque eu vivo aqui, nesse cabaré aqui, porque num estudei, né? Tivesse estudado talvez eu num tava olhando, trabalhando de flanelinha, né?”.

Aqui podemos perceber um outro ponto que será discutido mais abaixo: a importância de um emprego fixo, com carteira assinada, e o poder que ele tem na construção da identidade das pessoas, sobretudo, pelo fato de muitos flanelinhas não considerarem sua atividade um trabalho, no sentido de que garanta algum direito, estabilidade, respeito.

Algumas outras falas relevantes realçam a forte associação entre estudo e emprego regulado (com direitos) no imaginário desses indivíduos como, por exemplo, a preocupação que os pais flanelinhas têm para com seus filhos, desejando a eles um futuro diferente do seu: *“É o que eu digo aos meus filhos em casa, estude pra mó depois você ser uma pessoa, né? Uma pessoa importante né?”* A idéia de que falava Castel (1998) de um sentido de pertencimento, de identidade construída dentro de um coletivo que te dá um lugar/posição no mundo a partir de sua integração pelo emprego é fortemente confirmada aqui pelo lado de sua negação, o não-emprego, e pelo abandono social.

Dentre os nossos entrevistados encontramos apenas dois flanelinhas que haviam feito um curso profissionalizante. O primeiro afirmava ter curso de informática, internet e segurança e um segundo afirmava ter um curso de culinária, este, uma exceção, possuía uma outra fonte de renda como cozinheiro. Do primeiro caso nos vem a reflexão de que, na sociedade do conhecimento e da crise do emprego, ainda que o indivíduo possua algum nível de formação, nada lhe garante uma inserção qualificada no mercado de trabalho.

A segunda parte do nosso roteiro de entrevista sondou a trajetória profissional dos entrevistados. O primeiro fator relevante é que eles (80% dos entrevistados) começam a trabalhar muito cedo, por volta dos 12 anos e, em sua mais absoluta maioria, como trabalhador informal, fazendo de tudo: *“Já trabalhei com um bucado de coisa, vendendo algodão doce, vendendo suco, laranja... todo tipo de trabalho que a senhora imaginar, só não fiz roubar ainda e nem traficar droga, mai o resto. O que a senhora imaginar, já trabalhei com tudo. Tudo o que a senhora imaginar na minha vida”* .

E aqui, mais uma vez, o reino da necessidade aparece como principal determinante da entrada precoce desses trabalhadores no mercado de trabalho. Alguns deles tiveram a experiência do emprego regulado, mas sempre em condições instáveis decorrentes da elevada rotatividade praticada pelas empresas. O caso de João, que chegou a trabalhar de carteira assinada por um ano, é emblemático: *“Tive, eu trabalhei no Superbox, lá da Epitácio. Trabalhei um ano lá (...) carteira de trabalho assinada, auxiliar de serviços gerais, eu trabalhava!”*. A ênfase no final da frase “eu trabalhava” parece representativa do entendimento de que trabalho é aquele legitimamente reconhecido e regulado, simbolizado pela carteira de trabalho, o passaporte para o mundo dos direitos. Isso estará mais presente em outras falas como discutimos mais adiante.

A ausência mais plena de direitos para esse contingente de trabalhadores é demonstrada no fato de que nenhum deles contribui, e só os poucos que já trabalharam formalmente contribuíram enquanto empregados, para a Previdência Social. Na verdade, muitos sequer conhecem o sistema e sua função, eles nos interrogavam sobre o que estávamos falando. Isso nos diz do grau de insegurança e precariedade das condições de vida e de trabalho desses indivíduos. No caso dos flanelinhas, que trabalham, muitas vezes sem fazer as três refeições diárias, correndo todo o dia para alcançar os “clientes” quando de sua chegada no estacionamento e na hora da saída e enfrentando as intempéries do clima (sol forte, chuva e frio) durante as suas jornadas, os riscos para a saúde são incomensuráveis; e se estes ficam doentes têm que contar com a solidariedade da família e dos colegas de trabalho para se manterem e para manterem seu posto de trabalho:

“Quando chove. Não pega em dinheiro, não vou trabalhar, fico liso”;

“Assim, só é a poeira que a gente gripa. A chuva com sol. Trabalha na chuva, tem que trabalhar na chuva, chega em casa todo molhado, parecendo um pinto.”;

“Quando ta chovendo (risos) quando ta chovendo ninguém ganha dinheiro professora, ninguém ganha o dinheirinho. Mas num tem dificuldade, não. Aqui é jogo fácil, o negócio é só se ligar, ser ativo e ter jogo de cintura.”

“Se ligar, ser ativo, ter jogo de cintura”, indicam as habilidades aprendidas e todo o tempo reinventadas na experiência cotidiana da estratégia da sobrevivência. Prosseguindo com a nossa entrevista buscamos saber se os flanelinhas procuram ou já procuraram emprego e de que forma. Obtivemos dois grupos de respostas: os que já procuraram ou estavam ainda procurando afirmaram fazê-lo através da busca direta às empresas, mas principalmente pela via das redes sociais, dos parentes, amigos ou

comerciantes dos locais onde trabalham. Alguns afirmaram ter procurado o SINE, a agência pública de empregos. Um outro grupo afirmava não mais procurar emprego seja pela desesperança de encontrar algo que lhe proporcione uma remuneração mais ou menos equivalente àquela que auferem enquanto flanelinhas e com o mesmo grau de autonomia (a ausência do patrão) que esta atividade lhes confere; seja porque haviam se acomodado e se conformavam com sua condição de flanelinha.

Sobre o tempo de trabalho como flanelinha o leque é bastante variado. Constatamos que há indivíduos que estão há mais de 10 anos na atividade e outros muito recentemente chegados, com apenas 5 meses. Isso nos diz da relativamente fácil entrada nesse “mercado de trabalho”, mas também nos diz que ele cresce justamente a reboque das mudanças na economia e da crise do emprego. Em sua grande maioria, os entrevistados se encontram nesse tipo de atividade por pura falta de oportunidade de encontrar um emprego melhor. Os dois depoimentos a seguir são representativos de uma série de relatos que se repetem: *“Por que não tem emprego certo. Se tivesse jamais eu tava aqui, que aqui é humilhação, tem uns que dá, tem outros que num dá. Tá entendendo?”*. E ainda: *“É porque, assim, a gente vai atrás de um emprego, num encontra, aí, isso aí, é o pão de cada dia da gente.”*.

Quando questionados sobre o que faziam em seu trabalho as respostas confluíam para um mesmo entendimento: os flanelinhas olham, vigiam e lavam carros; há os que só olham os carros e há os que lavam e também olham. Essa distinção das tarefas é importante ressaltar porque ela remete ao sentido de valorização do trabalho por eles feito. Olhar carro não consubstancia um serviço prestado que deve ser compensado monetariamente; a “remuneração” é produto de um liberalismo do freguês, uma doação, que depende da boa vontade. Lavar carro implica, sim, um serviço prestado e previamente contratado que deve ser compensado com preço certo. Olhar carro implica uma expectativa de retribuição fundada, como muito interessadamente argumentou Aguiar (2003) ao estudar os flanelinhas da cidade de Brasília, numa rede de relações interpessoais consolidada pela dádiva e pela ajuda mútua, numa lógica de dar-receber-retribuir que passa pelos vínculos da sociabilidade primária (a reciprocidade, o sentimento moral, o ato de solidariedade) e é pautada pelas relações de confiança.

Os flanelinhas trabalham em pontos fixos, algumas vezes comprados dos que chegam primeiro (como veremos mais abaixo), outras conquistados pela relação de amizade ou parentesco. Com o tempo, eles estabelecem relações de confiança, entre eles

mesmos, com a sua clientela, com os comerciantes e trabalhadores das empresas do entorno onde fazem ponto. É por esse caminho que eles contam com a solidariedade dos que habitualmente freqüentam os espaços de estacionamento sob sua guarda: comerciantes que auxiliam fornecendo água, roupas, refeições; motoristas que pagam sua gorjeta em períodos certos e confiam seus carros para a lavagem ou manobra, e que também fazem doações.

As relações de confiança são conquistadas na base do respeito, da solicitude, do bom tratamento e criam sentimentos de amizade e afetividade. O dar-receber se estabelece pela via de um entendimento de serviço prestado: a vaga indicada, o auxílio às manobras, a expectativa do cuidado do carro em relação à ação dos “mal elementos”, ainda que tal serviço não consubstancie uma “mercadoria” que efetivamente se deseje comprar e tenha que ser paga. A retribuição, como uma cadeia de interação estendida e que não responde à lógica monetária do mercado, se configura no sorriso, no gesto de gratidão ou num simples olhar de satisfação. É essa lógica que permite que se estabeleçam relações de confiança entre pessoas estranhas, como é o caso comum da relação do flanelinha com seus clientes. Ela ganha vida pelas formas de sociabilidade engendradas por esses trabalhadores e que dependem de suas qualidades e artifícios de conquista - a alegria, o despojamento, a solicitude, o cuidado que funcionam, como escreveu Aguiar (idem:130), como “elementos de atração que permitem a continuidade da atividade e favorecem a confiança entre estranhos.”. Vejamos duas falas representativas:

“É, é por que essa sociedade tem discriminação, mas sempre tem um lado bom, né? Você vê um monte de carro desse aí, que colocam, 100%, 85% confia na gente, os 15% que não confia é porque não conhece, mas os que moram aqui confiam, colocam aqui todo dia. A responsabilidade de chave de carro é grande, você sabe disso. A confiança tem que ser mútua, se não for confiança mútua não leva nada, né, e a consideração, que a gente mostra nosso caráter pro povo, o que a gente é.”

“Bom, tranqüilo. Um ser humano igual a qualquer pessoa, aí, aqui a gente se vê tudo amigo de todo mundo. É um trabalho que a gente gosta de vim, gosta de trabalhar, é um trabalho corpo a corpo com o povo, lava carro, olha carro, pega amizade, a amizade fica profunda, né? Que a gente tem muita amizade, aqui, boa, que a gente consegue. Confiança.”

Numa sociedade em que é elevada a insegurança pública, o trabalho de vigia dos flanelinhas, visto por eles mesmos e por alguns motoristas que entrevistamos, é considerado útil porque de alguma forma inibe o assalto e os danos materiais aos automóveis sob sua custódia. Eles raramente trabalham sozinhos, dividem o espaço da

guarda entre si, cada qual com a sua cota, mas trabalham sempre em grupo nos locais onde existe grande fluxo de carros. Nos depoimentos sobressaem as afirmações de que a relação com os colegas de trabalho é sempre boa, de amizade, de confiança. Isso significa que eles se ajudam mutuamente. Quando, por exemplo, um necessita se afastar do trabalho, um outro cobre e garante seu posto, ou quando todos se unem para não deixar um novo entrante invadir sua área de trabalho sem que tenha sido acordado o seu aceite.

O tema de conflito às vezes surge quando um flanelinha mais ganancioso invade a área do outro, mas eles são dirimidos com o auxílio dos colegas. O maior conflito, no entanto, e que faz com que o grupo se una, é quando surge alguém de fora buscando um espaço na área para trabalhar, e muitos se queixam que isso acontece com indivíduos envolvidos com a criminalidade (drogas, assaltos) ou com os envolvidos com bebida, os que tratam mal aos clientes, que vêm tumultuar o trabalho dos que “trabalham direito”. Como a entrada de novos concorrentes é relativamente aberta e não há regulamentação da atividade pelos órgãos públicos, há os que trabalham sério e há, em suas próprias palavras, os que trabalham tumultuando, os que violam o código de honestidade e respeito sobre o qual são construídas as relações de confiança. Daí, ademais do fato de que é preciso se proteger, também, contra a concorrência, a necessidade de resguardar o território dos “mal flanelinhas”. Com eles, argumentou Aguiar, os valores da dádiva não se formam:

“Muita gente discrimina, os lavador é tudo discriminado, né? Por causa de um, tem aquele ditado, por causa de um, paga todos, né? Só que num é todos que trabalha errado não, tem muitos que trabalha certo.”

“Enfrenta muito porque é, é, é. Primeiro a confiança que ele tem na pessoa, e pensa que todo flanelinha é ladrão, e se acontecer qualquer coisinha, um carro arranhado, ai vai chamar a polícia, o caba sê preso.”

A relação com o mundo da criminalidade é um tema bastante freqüente, embora tratado de forma mais velada, em nossas entrevistas. É ele que faz com que os próprios flanelinhas desejem que haja algum meio de institucionalização de sua atividade. A reivindicação de um cadastramento e algum tipo de padronização (fardamento) feito por órgão público é vista por todos como algo benéfico porque os distinguiria *dos que* “não trabalham direito” e estabeleceria uma relação maior e mais segura de confiança e legitimidade com o público.

Da necessidade de resguardar o ponto da entrada dos indesejados nasce o entendimento da posse. Ainda que entre eles seja clara a consciência de que os estacionamentos são públicos e, por isso mesmo, se recebe uma doação, existe um mercado dos pontos, e a “propriedade” do espaço público é assegurada aos que chegaram primeiro, aos que entraram depois com o consentimento do grupo ou através da venda do ponto exclusivo de um flanelinha (locais muito movimentados como os da orla marítima, por exemplo, podem custar até três mil reais para os novos entrantes). A invasão é resolvida, no caso dos “mal elementos”, com a chamada da polícia, nos outros, o mercado é protegido com base na força.

Mas o mundo do dar-receber-retribuir é eivado de sofrimento, dificuldades, injustiças e contradições. Uma de nossas questões subjetivas remetia ao sentido do trabalho para esses trabalhadores. Se eles consideravam sua atividade como um trabalho. As respostas foram sempre meio ambíguas, mas sobressaía sempre a referência ao emprego regulado, com carteira assinada, aquele que dá acesso a direitos. O trabalho dos flanelinhas, por esse parâmetro, é visto por eles mesmos como não trabalho, como uma “viração”¹⁰; um trabalho passageiro, porque há sempre a esperança de que apareça algo melhor; um meio de sobrevivência que depende da boa vontade dos outros e que os coloca na condição de pedintes; e algo que carece sempre de legitimidade social. Em decorrência, a não-identidade, o não-pertencimento, a não-aceitação e respeito que levam à vivência de situações de discriminação, de humilhação, de serem muitas vezes estigmatizados como desocupados, vagabundos que não querem trabalhar, marginais. Em todas as entrevistas, a questão do preconceito e da discriminação vinha à tona, entre uma resposta e outra o assunto sempre voltava à pauta. Os relatos falam por si sós:

“Não, isso né trabalho, não. Eu acho que não, né? A pessoa trabalhar num negócio desse aqui praticamente ele tá pedindo. Num tem outro emprego pra pessoa trabalhar, trabalhar de que? Morrer de fome, o cabra roba, vai preso, se se meter com negócio errado é pior. É melhor o caba ficar por aqui mermo. Já tem meu conhecimento aqui, já, graças a Deus, o que eu precisar a turma do banco me ajuda, aí. Ta bom demais. Pior é nada, né?”

“É trabalho, num é emprego, é trabalho, né? Tudo aquilo que a gente faz que tem o fim, um fim, não, um fim a gente nunca teve aqui, não. A gente trabalha pra manter a família, livrar o dinheirinho da feira, mas aqui não é emprego, emprego é de carteira assinada. Aqui é provisório, aqui é hoje, não é amanhã.”

¹⁰ Fazemos alusão aqui ao criativo documentário de Polliana Lucio (2006).

“As vezes me sinto mal, moça. Me sinto muito mal, porque os flanelinha é muito discriminizado, né?”;

[como você se sente como flanelinha?] *“Humilhante.”* (flanelinha mulher, a única que entrevistamos)

“Eu me sinto envergonhado. Envergonhado porque quando passa uma pessoa que a pessoa conhece, amiga da pessoa, aí fico com vergonha. Se sente envergonhado aqui, por que isso não é trabalho não, isso é, bem dizer, tá pedindo alguma coisa, tá pedindo os outros...”

A relação dos flanelinhas com os motoristas foi um outro tema de nossa pesquisa. Nossa pergunta buscava sondar o tipo de tratamento que eles recebiam dos motoristas e de como eles achavam que eram vistos pela sociedade. Os depoimentos são meio contraditórios, mas apontam para dois mundos: os que os vêem com “bons olhos” e com respeito e os que não, esses os criadores do sentimento de vergonha e humilhação sempre presentes nos relatos dos nossos entrevistados:

“A maioria considera a gente como um vagabundo, mas tem outros que considera a gente como um cidadão de bem. Porque as vezes aqui tem caba que dá 10 centavos, a gente vai devolver e ele reclama, diz que não. Teve um aqui que chamou foi a polícia pra gente aqui uma vez. Porque mandou lavar o carro, na hora de pagar ele não quis pagar. Chamou a polícia e os cabas deu razão a gente: – Porque você não me chamou na hora pra eu o fazer pagar?”

“Uns bem, outros mal. A maioria é bem, muita gente trata eu bem, mas sempre aparece uma pessoa, né, mal, pra atrasar o dia.”;

“Tem uns que são educados, mas tem uns que são... A maioria é educado. Até o vidro baixa e consegue as coisas pra gente”.

Quando mudamos a perspectiva da questão, as ambivalências desaparecem e todos os flanelinhas respondem que tratam bem seus clientes e, evidentemente, esse é um elemento de conquista, pois sabem que seu ganho depende do voluntarismo (ou do receio) do motorista. Os tratamentos reverenciados (senhor, senhora, doutor, patrão) fazem parte do jogo, mas na verdade incutem uma relação de subordinação e de diferenciação. São “eles”, e não “nós”, os cidadãos:

“A gente trata bem. A gente não vai tratar os clientes mau. Tem que tratar de bem.”;

“A gente trata bem, né? Ajuda a estacionar, ajuda nas compras dele.”;

“Trata no grau, por isso que eles dá valor (...) dos olhador de carro tudim, eles dão mais valor a eu.”;

O fato de dar a gorjeta como pagamento por um serviço que não se pediu é fundado não apenas nos valores de reciprocidade/solidariedade, mas, algumas vezes, sobretudo quando inexistente qualquer parâmetro de confiança, no receio (de que o flanelinha roube ou arranhe o carro, por exemplo) ou no constrangimento de fazer uma doação, muitas vezes

com má vontade, para se livrar de indivíduos que por toda parte se apropriam do espaço público. Pensamos aqui nas reações muito comuns entre nós que fazemos parte do mundo dos “clientes”; reações que passam pelos valores pré-concebidos que formam nossos estigmas sociais, raciais, culturais, estéticos. Uma sociedade tão desigual como a nossa cria rótulos e estigmas que reforçam o sentimento de exclusão daqueles não inseridos no padrão de renda, consumo e de comportamentos como os convencionados por nossas classes médias e altas, detentoras dos carros que os flanelinhas cuidam. Vale lembrar do que falava Santos (1975), olhando para a nossa sociedade dos anos 70, sobre uma cultura, ainda presente, que associava toda forma de trabalho que não fosse regulada e institucionalizada à marginalidade. Também não podemos esquecer das mazelas estruturais do nosso padrão de desenvolvimento autoritário e concentrador: os estigmas são produtos de desigualdades e de relações de dominação.

Ainda assim, há aqueles que conseguem encontrar um valor social para o seu trabalho, como a suposta proteção contra o roubo e o dano, ou o serviço de um carro lavado, e mesmo o facilitar a vida de motoristas apressados que precisam estacionar. Mas a valorização também passa pela negação de uma condição social ainda pior, posto que ilícita, e o contraponto aqui é o mundo da criminalidade: trabalhar como flanelinha é melhor que roubar ou estar envolvido com as drogas:

[Você considera o seu trabalho útil para a sociedade?] *“Eu acho que sim, porque eu não vivo fazendo nada errado, né? Só num sei se a sociedade acha útil, né?”;*

“Útil? Útil, útil não. Porque não. As vez é discriminalizado demais, acusam os flanelinha de vender droga, de furto.”;

“Como assim? É bom demais. (...) É bom, né? Que tá olhando os carro dele pra num robá nem nada”;

“Não... não serve nada à sociedade isso aqui.”

“Se a gente não vivesse aqui tinha um mundo de gente roubada, mas a gente zela aqui como se fosse segurança. A maioria aqui só trabalha de safadeza de roubo, essas coisas.”

Quando perguntados se gostavam ou não de seu trabalho, os flanelinhas não hesitavam e diziam que sim, sobretudo, porque é o meio de onde tiram seu sustento, mas também tem peso o aspecto da liberdade que o seu trabalho proporciona. Aqui, a referência é a condição de subordinação associada ao emprego/trabalho com patrão (não ter hora marcada para trabalhar e nem um patrão a quem obedecer). No entanto, no lado

negativo se destacava o aspecto da proteção social que o emprego com carteira provê e do qual os flanelinhas são destituídos:

“Esse aqui não tem vantagem não, professora. Por que a gente não tem segurança em relação a saúde, se acontecer um acidente fica por isso mesmo, né, mas num tem vantagem não, nesse trabalho de flanelinha não tem vantagem. Aqui a gente fica exposto, fica exposto à sociedade e os males desta vida, né, infelizmente, o mal de cada dia, né?”

“Desvantagem? Só tem uma desvantagem que num é... como é...[não ter] carteira assinada.”.

Os flanelinhas da cidade de João Pessoa não contam com nenhuma forma de organização. Não há qualquer entidade que os represente ou canalize suas necessidades e reivindicações para os órgãos de decisão pública. A precariedade de seu trabalho, a ignorância e a desagregação inibem qualquer projeto político; são não sujeitos (Castel,1998). A reivindicação do reconhecimento de sua atividade através do cadastramento pela prefeitura é um sonho da maioria dos flanelinhas entrevistados, mas não há quem os represente, e a competição entre eles é um fator que agrava o isolamento, a desunião. Sua presença nas ruas, no entanto, cresce, é a alternativa mais imediata ao desemprego; e cresce tomando os espaços públicos, privatizando os espaços de estacionamento sem qualquer regulação ou controle social. Há já alguns anos, a prefeitura do município regulou, nas áreas mais movimentadas do centro da cidade, o uso do espaço público para fins de estacionamento rotativo através do chamado Zona Azul. Esse sistema emprega formalmente os seus operadores, que são os responsáveis pela distribuição das cartelas de permissão e recolhimento da taxa de R\$ 1,30 dos motoristas que estacionam em zonas específicas pagando por cada duas horas de uso. Os operadores do Zona Azul são assalariados, têm carteira assinada e recebem vale transporte e vale alimentação.

O Zona Azul regularizou a utilização do espaço público, inclusive gerando emprego, mas está muito longe de poder incorporar a uma atividade regulada o sempre crescente número de flanelinhas de plantão. No centro da cidade eles tiveram que se deslocar para áreas mais afastadas e hoje dependem mais das lavagens. Esta é uma das queixas centrais entre os flanelinhas mais esclarecidos que entrevistamos. Para alguns, o Zona Azul tira o seu ganha-pão e faz rebaixar as gorjetas, para outros, o Zona Azul poderia funcionar, se pudesse absorvê-los, como janela de entrada no emprego formal, com direitos e salário certo ao fim do mês. No geral, todavia, o Zona Azul é mal visto

pelos flanelinhas porque retira ou limita seu espaço de trabalho e limita também o valor da doação. O desejo de organização e representação passa, sobretudo, pela necessidade de regulação da atividade, de reconhecimento da profissão, com o qual se poderia criar não apenas aceitação e legitimação perante a sociedade, mas um meio de proteger o mercado dos indivíduos indesejáveis:

“Tem não, o que a gente queria era isso aí, reivindicar isso aí. Se pudesse reivindicar, já que vocês tão dando essa oportunidade, a gente pudesse reivindicar à prefeitura, pra conversar e a gente dialogar pra ter uma associação dos flanelinhas era bom, um sindicato dos flanelinhas era muito bom isso aí. Mas tudo tem que ter uma peixada, tudo tem que ter uma primeira mão, um esforço e o primeiro passo. O primeiro passo diante da sociedade, diante deles, [porque] a gente não tem valor de nada, mas uma pessoa com disposição a nos ajudar, a gente ficaria muito grato. (...) A primeira bandeira de luta da gente era legalizar todos os flanelinha, botar farda, fardamento, procurar os meios legais pra botar as pessoas mais responsáveis, pronto, somente, e descartar aqueles que não querem trabalhar, só vadiar.”

(...) Querida e muito, pelo menos ajudava nós num é? Você trabalhar com um crachá, uma roupinha, pelo menos ajuda mais.”

A divisão do trabalho é um dos pontos de consenso e também de conflito entre os flanelinhas, de conflito, sobretudo, com os que chegam depois querendo um espaço de trabalho. Eles normalmente se organizam por áreas de algumas dezenas de metros para vigiar, normalmente delimitadas por algum marco, como a cada 4 ou 5 postes ao longo de uma rua. Não é incomum observarmos desentendimentos com relação a que carros cabe a um ou a outro vigiar. No entanto, e segundo os depoimentos, a cooperação e a ajuda mútua predominam nas relações. Em alguns casos, como o do espaço da Praça Rio Branco, no centro da cidade, há a forte presença de um cabeça, que distribui e coordena o trabalho dos demais (se trata aqui do “feudo” de toda uma família). Nas demais áreas, no entanto, não encontramos a figura de um líder, as regras são decididas entre eles mesmos, muito embora exista sempre a presença de um flanelinha mais esclarecido, mais desenvolvido para falar e conduzir as decisões ou dirimir conflitos. O mais antigo também é ouvido e respeitado.

No que se refere à jornada de trabalho, elas normalmente se estendem para mais de 10 horas e o dia de descanso geralmente acompanha aquele em que há menos movimento no local de trabalho. Mas aqui cabe destacar a longa jornada desses trabalhadores. Eles passam todo o dia na rua; há os que chegam às 7 horas da manhã e que largam o trabalho depois das 19 horas; há os que trabalham noite adentro, e há os que trabalham de domingo a domingo. Mas há um elemento de destaque: a flexibilidade

adotada por eles mesmos no tempo de trabalho, e esta é uma referência que precisa ser entendida a partir do seu relativo: não há patrão para impor as regras e estabelecer horários. O tempo de trabalho aqui é delimitado pela necessidade imediata de ganhar o sustento do dia, e as ausências são possíveis graças às relações de reciprocidade e ajuda mútua construídas entre eles.

Pudemos constatar também que quando existem flanelinhas da mesma família trabalhando em um mesmo local (esta não foi uma situação muito comum), a substituição, em caso de doença ou impossibilidade de comparecer ao trabalho, ocorre mais facilmente. Entretanto, quando não há essa possibilidade, o risco de perder o “ponto” é sempre considerado. Muitos flanelinhas afirmaram que mesmo doentes, compareciam ao seu local de trabalho ou mandavam alguém de sua confiança.

O ambiente de trabalho, a rua, é normalmente insalubre e violento. Além de estarem expostos às intempéries, como já comentamos, os flanelinhas carecem de estrutura de apoio para suas necessidades físicas (utilizam normalmente banheiros públicos ou a própria rua, fazem suas refeições em locais desapropriados, bebem água da torneira das ruas). A questão da água é outro problema enfrentado pelos que lavam carros. Eles contam com o auxílio de comerciantes próximos, mas muitos cobram por isso.

É a doação que permite um meio de vida para muitas famílias. Não há qualquer valor fixado, os flanelinhas podem receber de alguns décimos de centavos a dois reais por cliente. Os que têm fregueses fixos, quando vigoram as relações de confiança e de solidariedade, podem contar com alguma regularidade e com as doações não monetárias, assim como aqueles que trabalham em pontos mais movimentados, ou os que lavam carros com certa frequência, a depender também de seus pontos, cujo serviço custa em média 5 reais. No entanto, o que mais marca a condição da renda desses trabalhadores é a irregularidade e a incerteza dos ganhos (a orla marítima nos períodos chuvosos, por exemplo, praticamente se esvazia). Segundo alguns depoimentos, em dia de bom movimento e dependendo da área, um flanelinha pode apurar de vinte a cinquenta reais, mas isso se restringe aos que trabalham nos melhores pontos, onde há, também, maior concorrência. Há dias em que muitos voltam para casa sem ter conseguido o dinheiro da refeição:

“Só tem dois que paga o dia de amanhã, paga no final de semana. Só. Os outros pagam vinte centavo, trinta centavo, moeda.”

“Rapaz, uns dele dá 1 real, dá 10 centavo, outros dá 15, dá 25 e assim vai. A gente ganha mais uma granazinha quando a gente lava por 4 real, ainda chora por 3, aí eu digo a ele que a gente compra material, sabão, óleo, pra passar nos carro dele, pra deixar tudo limpo. E chora, chora, termina lavando até por dois, por causa da situação da gente que é precária, por isso a gente lava.”

“Por dia, as vez a gente arruma 25 [reais], as vez arruma 30, depende do dia...”;

“Isso é relativo, rapaz, tem dia aqui que é bom, que é 30, 40, 50, depende dos dia, depende dos dia...”;

“No máximo assim, dois, três, quando é cliente, né? Quando não é, é 15 centavos, 5.”

Há, no entanto, uma certa estabilidade no mundo da incerteza e do risco. A grande maioria de nossos respondentes sustenta suas famílias com o dinheiro desta atividade e alguns afirmam terem comprado ou construído sua casa com a renda dela proveniente. Ainda assim, o padrão de vida é muito baixo, como também é grande a dificuldade de ter acesso aos bens de consumo, aos bens culturais e, sobretudo, aos cuidados em caso de doença. Para os flanelinhas que têm postos em locais como os mercados públicos, onde a concorrência é maior, os rendimentos são ainda mais incertos e baixos.

Quando questionamos se os flanelinhas acham que os motoristas têm obrigação de pagar, as respostas confluem para o entendimento de que a gorjeta é uma doação, um voluntarismo (exceto no pagamento da lavagem), e os próprios flanelinhas são cientes de que trabalham fazendo uso de um espaço público.

“Tem não, nenhum aqui tem obrigação de pagar não. Manda ele ir simhora. Ele não é obrigado a pagar. O caba diz logo: eu não sou obrigado a pagar. Ninguém vai obrigar, porque, uma que ele já paga negócio de carro. Ele diz logo: não, já pago não sei o quê, pago emplacamento. Aí começa... e aí eu tenho que ver, porque realmente ele dá se ele quiser mesmo. Se tiver boa vontade de pagar ele paga.”;

“Dá se ele quiser. Se num der, mesmo assim eu digo vá com Deus e boa tarde! Aí tranqüilo.”;

“Não faço nada, né? Tenho que ficar calado. A gente lava o carro deles, eles tem por obrigação pagar.”;

“É, tem que ter obrigação. Parou aqui tem... é obrigação de pagar. Eu tô aqui trabalhando, ele tem que ver meu esforço, né?”

A última seção de nosso roteiro de entrevista sondava sobre as expectativas de futuro desses indivíduos e sobre o que eles consideravam que necessitavam para conseguir um trabalho em melhor condição. A maior parte deles respondeu que gostaria de ter um emprego com carteira assinada, com direitos, com salário certo. E praticamente todos tomavam como certo que não estão em situação melhor pela falta dos estudos. O sonho de se integrar ao mercado de trabalho passa pela consciência da necessidade de

formação. Estudo foi a palavra-chave nesta seção da entrevista, embora todos tivessem comentado das dificuldades de estudar ou voltar a estudar tendo que sustentar suas famílias.

O “pé no chão” desses trabalhadores de rua é tão firme que quando fizemos a pergunta “Qual é o seu sonho?”, muitos riram, outros pensavam longamente, alguns poucos foram mais rápidos nas respostas. Para boa parte deles a resposta se repetia: o sonho de um emprego certo com carteira assinada, o sonho da casa própria; outros se deixavam levar pela imaginação:

“Meu sonho? É ter minha casa, minha família, meu carro e um negocinho pra negociar, somente! O sonho mais é ter minha casinha e minha família”;

“Tenho um bucado. Saúde e educação que é o mais importante, é. Um emprego melhor e colégio, trabalho. Meu sonho é esse, né? E eu peço a Jesus que cuide da minha saúde. Eu creio em Jesus e minha fé é grande.”;

“Meu sonho é... desenrolar uma televisão com o véio. Eu num gosto de ir pra casa da minha mãe assistir, não. Por causa do meu padrasto”;

“Eu ter uma casa e trazer meus filho pra morar comigo, que eu sofro muito, meus filho longe de mim”;

“Com certeza. Meu sonho é voltar pra estrada de novo, que nem eu disse a senhora. Um dia eu volto pra estrada aí, se Deus quiser, agora com o que é meu, né?”.

Primeiras conclusões

Das primeiras análises dos dados coletados podemos dizer que os flanelinhas constituem um grupo predominantemente masculino, de baixíssima ou nenhuma instrução, que em sua grande maioria auferem rendimentos inferiores ao salário mínimo e é destituída de qualquer direito de seguridade social. São originários de famílias pobres, cujos pais foram muito precariamente inseridos no mercado de trabalho, na maioria das vezes, também sob regime de trabalho informal ou seguindo trajetórias erráticas entre a formalidade e a informalidade. A pobreza é visualizada na condição e local da moradia, na maneira como eles se vestem, na precariedade de suas condições de trabalho, da alimentação, na sua linguagem.

Seu trabalho não constitui um emprego, sequer um tipo de atividade institucionalizada na cota dos que as estatísticas intitulam como autônomos, são, por essa referência, desocupados. Mas já foi totalmente assimilado pela sociedade como uma atividade que permite a subsistência de muitos indivíduos (e suas famílias) dos estratos mais baixos e não qualificados da pirâmide social do país. Não é, todavia, um tipo de

atividade socialmente reconhecida e desejada. No imaginário coletivo, ela é vista mesmo, muitas vezes, como um liame entre a viração e a vagabundagem/criminalidade. Dos depoimentos, no entanto, sobressaem os relatos que a definem pelo seu negativo: ser flanelinha é produto da falta de oportunidade, do não-emprego, do não-direitos. A não oportunidade de ter freqüentado ou de freqüentar a escola, caminho por onde se poderia encontrar um emprego com carteira assinada, perdida porque era necessário, desde cedo, ganhar a vida; a não possibilidade de encontrar um emprego (a referência é sempre o emprego com carteira de trabalho assinada) que poderia proporcionar um mínimo de direitos como o salário certo ao fim do mês, a segurança do rendimento em caso de doença ou a aposentadoria; o não reconhecimento, o não ser visto como trabalhador digno de respeito, de não ser humilhado ou discriminado, de não depender da caridade dos outros.

Esse leque de referências negativas pontua a vivência dos flanelinhas e sua forma de conceber seu trabalho. Eles vivem num mundo de competição selvagem, mas ao mesmo tempo estabelecem entre si, entre os do grupo que já domina um espaço definido, relações de confiança e reciprocidade, regras de convívio e de divisão do trabalho, auxiliam-se mutuamente, constroem sua própria linguagem e conquistam mesmo a compreensão e o apoio de clientes, trabalhadores e comerciantes no entorno dos estacionamentos públicos que cuidam. O grupo também é coeso na defesa contra os novos entrantes indesejados. Uma vez que o mercado é aberto a todos, a força é o principal mecanismo de proteção.

Retiram seu sustento, e o de sua família, do voluntarismo da população (exceto quando lavam os carros), numa condição que reproduz relações de desigualdade e subordinação e sob uma lógica que destitui o referente da dignidade do exercício de um trabalho. Nas palavras de um dos entrevistados, um flanelinha é um pedinte. Daí as situações de humilhação, de vergonha, de serem muitas vezes tratados de forma inferior, vividas por todos. Seu maior sonho é conseguir um emprego, e a referência é quase sempre o emprego com carteira, ou alguma possibilidade de se estabelecer como autônomo de um trabalho socialmente reconhecido. Mais substancialmente, o que eles mais almejam é uma condição de trabalho que proveja estabilidade, direitos sociais mínimos, e uma renda certa que lhes permitam viver decentemente.

Sendo cada vez mais seletivos os critérios de contratação das empresas e insuficientes ou inexistentes as políticas sociais do Estado, os flanelinhas constituem,

verdadeiros *lumpens* do capitalismo moderno, um significativo contingente de trabalhadores excedentes, desorganizados politicamente e que compõem os estratos de pobreza e indigência que caracterizam as modalidades de atividade informal cotadas como condição de pura alternativa de sobrevivência.

Referências

AGUIAR, Angélica Duarte. *A lógica do doméstico no espaço público de Brasília: os flanelinhas do setor informal de trabalho*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social do Instituto de Ciências Humanas da UNB. 2003. (mimeo).

BOITO Jr., Armando. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. Xamã editora. São Paulo. 1999.

CACCIAMALI, Maria Cristina. *Setor informal urbano e formas de participação na produção*. Instituto de Pesquisas Econômicas – IPE/US. São Paulo. 1983.

_____. “Globalização e processo de informalidade”. In. Anais do Encontro Nacional de Economia – ANPEC, Belém. 1999. v.3.p.2059-2074.

CARDOSO, Adalberto, COMIN, Alvaro A., GUIMARÃES, Nadya. “Os deserdados da indústria: reestruturação produtiva e trajetórias intersetoriais de trabalhadores demitidos da indústria brasileira. In. GUIMARÃES, Nadya & HIRATA, Helena. *Desemprego: trajetórias, identidades, mobilizações*. Senac. São Paulo. 2006.

CASTEL. Robert. *As metamorfoses da questão social*. Petrópoles. Vozes. 1998.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. Paz e Terra. São Paulo. v.I. 5ª Edição. 2001.

CHAHAD, José. “O emprego formal no Brasil entre 1992-2006: comportamento, tendências atuais e suas causas explicativas”. In. MACAMBIRA, Jr. *O mercado de trabalho formal no Brasil*. Imprensa Universitária. Fortaleza. 2006. p. 43-68..

COSTA, Carlos R. “Estrutura de classes, condições de vida e oportunidades de mobilidade social no Brasil”. In HASENBALG, Carlos & SILVA, Nelson do Valle. *Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida*. Rio de Janeiro. Topbooks. 2003. p. 381-425.

COSTA, Márcia da S. *Despotismo de Mercado: Medo do Desemprego e Relações de Trabalho*. Editora da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. 2006.

_____. “O sistema de relações de trabalho no Brasil. Alguns traços históricos e sua precarização atual”. Revista Brasileira de Ciências Sociais. 2005. v.20 no. 59. p. 111-132.

DEDECA, Claudio S. “Racionalização econômica e heterogeneidade nas relações e nos mercados de trabalho no capitalismo avançado”. In. OLIVEIRA, Carlos A. & MATTOSO, Jorge E. (org.). *Crise e Trabalho no Brasil: modernidade ou volta ao passado*. Campinas. Scritta. (2ª Ed.). 1997.

DRUCK, Graça & BORGES, Angela. Terceirização: balanço de uma década. Caderno CRH, Salvador, n. 37, p. 111-139, jul./dez. 2002.

FURTADO, Celso. *O capitalismo global*. Paz e Terra. 1998.

FURTADO, Celso. *A fantasia organizada*. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1985.

HASENBALG, Carlos. SILVA, Nelson do Valle. *Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida*. Rio de Janeiro. Topbooks. 2003.

HENRIQUES, Ricardo. (ed.). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro. IPEA. 2000.

- KOVARICK, Lucio. *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1975.
- KREIN, J.Dari. (1999). “Reforma no sistema de relações de trabalho no Brasil”. In: Emprego e desenvolvimento tecnológico. São Paulo. Dieese/Cesit/Unicamp.
- LÚCIO, Polliana Batista. “Viração”. Vídeo-Documentário. Curso de Comunicação Social do CCHLA. UFPB. 2006.
- MATTOSO, Jorge. *A desordem do trabalho*. Scritta. São Paulo. 1996.
- _____. “Emprego e concorrência desregulada: incertezas e desafios”. In. OLIVEIRA, Carlos A. & MATTOSO, Jorge E. (org.). *Crise e Trabalho no Brasil: modernidade ou volta ao passado*. Campinas. Scritta. (2ª Ed.). 1997.
- _____. *O Brasil desempregado*. São Paulo, Editora Perseu Abramo. 1999.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo. Boitempo. 2003.
- _____. *Elegia para uma re(li)gião. Sudene, Nordeste. Planejamento e conflito de classe*, Paz e Terra. 1977.
- POCHMANN, Márcio. *Trabalho sob fogo cruzado*. São Paulo. Contexto. 2002.
- PORTES, Alejandro e CASTELLS, Manuel. “World underneath: the origins, dynamics, and effects of the informal economy”. In PORTES, Alejandro, CASTELLS, Manuel e BENTON, Lauren (org). *The Informal Economy*. The John Hopkins University Press. Baltimore and London.. 1989. p. 11-34.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*. São Paulo. Companhia das Letras. 2006.
- SILVA, Luiz Machado da. “Mercado de trabalho ontem e hoje: informalidade e empregabilidade como categorias de entendimento”. In: SANTANA, Marco Aurélio & RAMALHO, José Ricardo. (org). *Além da Fábrica: sindicatos, trabalhadores e a nova questão social*. São Paulo. Boitempo. 2003.
- _____. Informalização: mas o que se quer dizer com isto? Monitor Público, Rio de Janeiro, ano 3, n. 11, p. 1-51, out./dez. 1996.
- SANTOS, Vanderlei Guilherme dos. *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro, Campus. 1979.
- THEODORO, Mário. “A questão do desenvolvimento: uma releitura”. In: RAMALHO, Jether & ARROCHELLAS, Maria H. *Desenvolvimento, subsistência e trabalho informal no Brasil*. São Paulo. Cortez. 2004. p. 15-44.
- THEODORO, Mário. “As características do mercado de trabalho e as origens da informalidade no Brasil”. In: RAMALHO, Jether & ARROCHELLAS, Maria H. *Desenvolvimento, subsistência e trabalho informal no Brasil*. São Paulo. Cortez. 2004. p. 77-116. 2004.